

ACTA N.º 6/2013
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de treze de dezembro de dois mil e treze, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**
- PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal;**
- PONTO 3 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);**
- PONTO 4 - Eleição do autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;**
- PONTO 5- Eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO;**
- PONTO 6 - Análise, discussão e votação da proposta de venda de parcela de terreno – Desafetação do Domínio Público Municipal;**
- PONTO7-Substituição de Membro designado pela Assembleia Municipal como representante na CPCJ;**
- PONTO 8-Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, destinado ao preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico de Informática Adjunto-Nível 1 – Recrutamento Excecional;**
- PONTO9-Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de um lugar de Dirigente Intermédio de 3.º grau – Serviço Municipal de Bibliotecas, Arquivos e Museus;**
- PONTO10 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2014;**
- PONTO11-Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.**
- PONTO12 - Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**
- PONTO13 -Eleição de um presidente de Junta de Freguesia a fim de integrar o Conselho Municipal de Educação;**
- PONTO 14 - Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;**
- PONTO 15 - Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão de Proteção Civil;**
- PONTO 16 - Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira.**



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

Iniciou os trabalhos solicitando a presença dos senhores Norberto Gonçalves Vieira e Bruno José Balça Oliveira, para a tomada de posse nesta Assembleia Municipal pelo facto destes elementos terem faltado à instalação da mesma, no dia 21 de novembro, do corrente ano. O Senhor Norberto Gonçalves Vieira tomou posse, enquanto que o Senhor Bruno José Balça Oliveira não esteve presente, nem justificou a sua falta pelo que não se formalizou a sua posse.

Procedeu de seguida à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, continuando a notar-se a ausência do membro Bruno José Balça Oliveira.

Existindo o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, os trabalhos continuaram com o **“Período de Antes da Ordem do Dia”**.

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando o plenário da receção da correspondência recebida.

Posteriormente solicitou a dispensa da leitura da ata 5/2013, considerando o facto de a mesma ter sido remetida junto à convocatória. Aceite por unanimidade, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo concedido a palavra por ordem de inscrição.

A Senhora Maria Helena citou Fernando Pessoa na sua intervenção, lembrando a importância do Executivo cumprir todas as promessas eleitorais.

A Senhora Marcolina Sequeira começou por desejar ao Senhor Presidente da Câmara e aos Membros do Executivo sucessos autárquicos para o mandato em exercício e que estes se repercutam no desenvolvimento do concelho e bem-estar dos munícipes. Referiu também que esperava que a abertura da agenda municipal tivesse sido feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e não pelo Vereador.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por felicitar todos os Membros do Executivo e da Assembleia, salientando que só representa a sua freguesia e não partidos ou coligações. Dirigiu algumas críticas relacionadas com o trabalho do Senhor Arquifeto Costa e Almeida, dizendo que “é mentiroso, não devia estar a trabalhar nesta Câmara, tem mordomias a mais e presta um mau serviço”, baseando-se no facto de há 3 anos andar a trabalhar no documento do PDM e não se notar qualquer avanço. Questionou ainda a razão de prometer ao Senhor Presidente da Câmara, a si enquanto Presidente de Junta a conclusão do projeto de requalificação dos Tanques do Ribeiro, não tendo até ao presente obtido qualquer resultado. Reforçou ainda a ideia de que alertara a Câmara sobre o aproveitamento da carrinha que estava afeta ao projeto CLDS (PI+PA) e que, posteriormente teve conhecimento de que a mesma, vai começar a funcionar sobre a orientação técnica de uma enfermeira que pertencia ao corpo ativo dos Bombeiros Voluntários de

Ervedosa do Douro e que para poder integrar este serviço, a mesma, teve de pedir a sua transferência para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira, o que considera uma situação escandalosa, referindo que foi uma das imposições do Comandante dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira. Questionou por isso o Senhor Presidente da Câmara sobre a veracidade deste facto. Saliu ainda a entrada de muitos funcionários (gente) para esta autarquia, considerando tal situação exagerada. Seguidamente referiu-se à Associação Pesqueira Jovem, entendendo que esta poderia englobar nas suas atividades, a vertente de teatro do Centro de Animação Sociocultural e Teatro. É de opinião que existem associações a mais e que, algumas destas, não têm atividade.

O Senhor Eduardo Coelho começou por cumprimentar todos os Membros desta Assembleia e da Executivo. Fez algumas considerações e alertou, como prioridade, o desenvolvimento do turismo do concelho. Saliu que os contactos que tem estabelecido com o Executivo no âmbito dos trabalhos que solicitou para a sua freguesia têm sido proveitosos.

O Senhor António Balça começou por felicitar o Executivo assim como a Assembleia, tendo-se referido às jornadas Cooperativas e ao sucesso por elas alcançado.

O Senhor Silva Fernandes começou por felicitar o Executivo e todos os Membros da Assembleia, formulando votos de sucesso no trabalho a desenvolver. Depois de referir a sua qualidade de independente que sempre foi, porque nunca teve filiação partidária, aceitou integrar o Movimento independente "Pela Nossa Terra" - PNT. Em sua opinião, em benefício do Município e dos munícipes, devem ser postas de parte as políticas partidárias. De seguida e em nome de todos os eleitos do PNT apresentou, em documento assinado, uma Declaração de Princípios que os mesmos defendem e pelos quais nortearão a sua ação. Declaração de Princípios: " Ser independente é um privilégio dos fortes ". A frase é com alguma surpresa de Friedrich Nietzsche. Aos autarcas do Poder Local, exige-se que esqueçam os interesses partidários. Quando isso não acontece, quem perde são os cidadãos. Ser independente é estar livre de pressões partidárias e por isso se entende que reside nos independentes a verdadeira essência do poder local. Ser independente " Pela nossa terra " implica estar atento e disponível para todas as decisões, que sirvam os verdadeiros interesses dos munícipes de S. João da Pesqueira, bem como da defesa, valorização e desenvolvimento do concelho, da região e do País. Exigiremos que as mesmas decisões sejam tomadas com transparência, com respeito pela Ética e do rigor da gestão autárquica. A política é a procura do bem comum. Consideramo-nos livres de pressões e de compromissos, mas sem medo das palavras na defesa da igualdade de direitos e de decisões justas e equitativas. Não somos, nem reclamamos o estatuto de oposição, porque repudiamos a visão redutora do sistema político instalado. Assumimos para nós próprios, o pensamento do Homem frontal, antes do 25 de Abril, e o maior político do nosso período democrático: Francisco Sá Carneiro. Dizia: "o Deputado deve ser representante de todos os cidadãos e não apenas dos eleitores; muito menos só de alguns. Nunca unicamente dos que nele votaram, e que são aliás desconhecidos". O deputado..." Tem obrigação de estar atento aos assuntos, às necessidades e às preocupações dos cidadãos em geral, sejam ou não eleitores ". É esta a responsabilidade que assumimos nesta Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira. Segue-se a data e respetivas assinaturas. Continuando no uso

da palavra, agradeceu os votos Natalícios enviados pela Câmara Municipal, estranhando, e não lhe agradando, o facto de no cartão apenas constarem três assinaturas, questionando o Executivo se o mesmo era formado só por três elementos. Fez a entrega de um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que lhe seja fornecida uma relação exaustiva do património do concelho - bens imóveis (rústicos e urbanos) - propriedade do Município e de cada uma das freguesias do concelho, bem como património classificado e de interesse público.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uso do direito de resposta e esclarecimento, começando por desejar um bom início de ano a todos, agradecendo as palavras das Senhoras Maria Helena e Marcolina Sequeira tendo elucidado que a abertura da Agenda Municipal fora elaborada antes das eleições. Em resposta ao Senhor Joaquim Monteiro disse ter registado a posição sobre a forma como entende que está a ser dirigido o processo da PI+PA, referindo que tentara junto da Segurança Social a renovação do projeto CLDS, o que até à data ainda não conseguira. Por esse motivo existe algum atraso na resolução da operacionalidade do apoio dado através da carrinha PI+PA. Para colmatar este atraso, está a tratar com o Ministério da Saúde o aproveitamento mais eficaz da viatura. Quanto à enfermeira referida, informou que a Câmara Municipal não obrigou a que esta tivesse pedido a transferência para os Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira e que este corpo ativo nada teve a ver com a situação, tendo sido a própria, a solicitar a sua mobilidade. Em relação às associações disse que o executivo está para ajudar, em conformidade com os planos de atividades que apresentam, informando que estas, auferem verbas consoante as atividades que executam. Relativamente à alusão da entrada exagerada de estagiários na Câmara, entende que estes são muito úteis aos serviços e que a crítica, era esperada, dizendo que "se se arranjam estágios é porque arranjam, se não se arranjam estágios é porque não se arranjam", sendo esta uma forma de dar a estes jovens alguma fonte de rendimento, enquanto estes aguardam a sua entrada no mercado de trabalho. Acrescentou ainda que ao mesmo tempo aproveitam-se as benesses que o Centro de Emprego oferece, dando alguns exemplos da utilidade dos mesmos. Quanto ao serviço junto das freguesias, disse estar sempre disponível para ajudar. No que toca ao turismo, considera ser uma aposta forte deste executivo. Relativamente à exposição do Senhor António Balça em relação às Jornadas Cooperativas, referiu que este Município deu e dará todo o apoio logístico, criando um gabinete de apoio ao comércio e à agricultura. No que concerne à intervenção do Senhor Silva Fernandes informa que os postais de Boas Festas foram assinados por ele e pelos dois Vereadores a tempo inteiro.

Após as respostas do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu de novo inscrições para mais esclarecimentos.

O Senhor Silva Fernandes, no uso da palavra, esclareceu que relativamente às Jornadas Cooperativas a associação comercial tem sido todos os anos convidada e não tem comparecido.

A Senhora Lourdes Marinho disse que espera que o executivo cumpra com as promessas em defesa dos munícipes, bem como os autarcas eleitos respondam pela defesa dos munícipes e não por questiúnculas políticas ou pessoais, dado os presentes terem já feito parte desta mesma Assembleia comungando dos mesmos ideais partidários. É de opinião de que a carrinha

PI+PA deverá estar ao serviço do concelho com o apoio da Câmara e das Juntas de Freguesia.

A Senhora Marcolina Sequeira começou por referir-se à carrinha PI+PA, congratulando-se com o facto de se ir aproveitar esta polivalência, dizendo que percebe agora o porquê de a mesma ter estado tanto tempo inativa. Solicitou informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o critério para seleção de uma enfermeira a operar com a carrinha. Reforçou a existência de tantas enfermeiras desempregadas, devendo o concurso ser revestido de transparência na seleção do técnico, não se olhando a filiação ou simpatia partidária.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu-se mais uma vez à carrinha PI+PA dizendo que sempre foi defensor da manutenção do funcionamento da mesma, dando a nota de que esta deveria ser operacionalizada pelos Bombeiros de S. João da Pesqueira e Ervedosa do Douro com a colaboração das IPSS's.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a referir a importância do funcionamento da mesma, tal como já o fizera antes, e, reforçou o facto de não estar nenhuma pessoa adstrita à referida função e que até tentou junto do Centro de Emprego um profissional habilitado para estas funções, mas que para esta atividade não existem projetos.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu-se às faltas do membro Bruno Oliveira que continuam sem justificação, colocando à consideração da Assembleia Municipal a renúncia por pleno direito.

O Senhor Silva Fernandes interveio, dizendo que a Assembleia Municipal só tem que se pronunciar sobre a justificação das faltas, sendo que tudo o resto decorre da própria lei.

O Senhor Paulo Bito, no uso da palavra, após cumprimentar todos os membros, invocou o regimento para a perda de mandato sem justificação, não cabendo ao plenário a decisão dessa perda.

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs fazer uma retificação ao ponto número 6 – **Análise, discussão e votação da proposta de venda de parcela de terreno – Desafetação do domínio Público Municipal**, sendo esta a retirada da palavra "venda" de "parcela de terreno". Posta à votação, ninguém se opôs, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar.

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

Remetido ao ponto 1, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que, uma vez ter sido enviada a todos os membros a informação da Câmara Municipal, se dispensasse a leitura da mesma. Esta pretensão foi posta à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma pequena intervenção sobre a atividade municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para debater este ponto.

Começou por intervir a Senhora Maria Helena referindo-se à oferta de equipamento multimédia às equipas de acompanhamento a crianças com necessidades educativas especiais do 1.º ciclo. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se foram auscultadas as professoras sobre a necessidade deste material, sabendo que estes alunos receberam *tablet's*. Entende que este material não é o mais adequado para o efeito e que os alunos eram mais favorecidos com a oferta de material de motricidade, bem como, se as salas de aula fossem equipadas com mais computadores.

O Senhor Vítor Monteiro começou por cumprimentar o executivo e todos os membros da Assembleia. Salientou a deslocação do Dr. Marinho e Pinto a este concelho, solicitando uma resposta ao facto pela qual os membros eleitos desta Assembleia não terem sido convocados, uma vez que fazem parte do ativo do município.

A Senhora Marcolina Sequeira, no uso da palavra, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara resposta às seguintes questões:

- Adesão à modalidade desportiva "indoor cycling";
- Resultado da atividade "Contos de Natal" organizada pelo CAST;
- Apoio contínuo e financeiro a famílias desfavorecidas e carenciadas, no âmbito da Ação Social Direta;
- Explicação sobre o processo de requalificação de espaços e a locação de recursos técnicos aos Centros Escolares.

Reforçou a opinião da Senhora Maria Helena sobre a auscultação junto das professoras para a melhor utilização do material multimédia oferecido.

O Senhor Joaquim Monteiro, no uso da palavra solicitou alguns esclarecimentos sobre a criação do Centro de Animação Sociocultural e Teatro de S. João da Pesqueira (CAST) e informou que os "Contos de Natal" na freguesia de Ervedosa do Douro foram um fiasco, tendo alertado para esta realidade. Em relação à presença do Dr. Marinho e Pinto, disse não ser ainda um grande sucesso pelo facto de ainda não se saber ao certo se o Tribunal vai encerrar e de facto não foi um grande sucesso porque sabe-se que vai encerrar. Considerou, isso sim, ter considerado uma grande eficácia o tratamento dado às estradas e a intervenção quando das geadas e a aplicação de sal-gema.

O Senhor Silva Fernandes entende que sucesso será a permanência do tribunal e não tanto a relevância dada a este ato isolado. Teme que por arrastamento, surja um eventual encerramento da Secção de Finanças ou do Posto dos Correios. Quanto a Informação de Atividade da Câmara propõe-se apresentar um modelo, diferente do atual e com mais pormenor.

O Senhor António Balça deu a sua opinião relativamente ao encontro anual dos idosos, sugerindo que após tantos anos de realização nos mesmos moldes, seria boa altura para modificar a estratégia e serem as Juntas de Freguesia a realizá-lo, a fim de não sujeitar os idosos a deslocações.

O Senhor Paulo Bito, relativamente à presença do Dr. Marinho e Pinto, solicita informação sobre o impacto e expectativas para uma resolução de sucesso com a fixação do nosso Tribunal, a trabalhar em pleno, e qual a reação das entidades da tutela.

O Senhor António Froufe interveio sobre a festa dos idosos dizendo que, para ele, não foi um grande sucesso. Relativamente aos "Contos de Natal" referiu que foi tudo marcado "em cima do joelho e sem organização", tendo

havido um grande empenho do Presidente da Junta para minorar esta situação. Sobre o "Concurso de Montras e Fachadas de Natal" referiu que estas deveriam ser apreciadas pelo Júri não só de dia, mas também de noite, e não apenas num só dia. Quanto à realização e conclusão de obras de beneficiação em habitações de agregados familiares mais desfavorecidos, solicita um relatório com a informação de quantas e quais as pessoas que estão a ser apoiadas. Mais informa que a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ainda não foi contemplada com o serviço de limpeza de valetas.

O Senhor Vítor Tomé solicitou informação sobre o impacto das atividades integradas na Feira Internacional de Macau. Questionou sobre o número e quais os exportadores bem-sucedidos no evento. Sugeriu que fosse solicitado o convite às empresas de restauração do concelho da sua participação na Festa dos Idosos. Entende que, embora um restaurante não tenha capacidade de resposta, esta pode ser conseguida com a união de vários empresários de restauração.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Maria Helena informando que os *tablet's* foram atribuídos segundo critérios informativos de técnicos do Município. Em resposta ao Senhor Vítor Monteiro informou que não foram feitos convites particulares, mas sim generalizados a toda a população, pela Câmara e pela Delegação Concelhia da Ordem dos Advogados. Referiu que a participação do Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, só por si, foi um sucesso. Respondendo à Senhora Marcolina Sequeira, elucidou sobre as atividades e resultados referentes ao "*indoor cycling*". Sobre as atividades socioculturais do CAST refere que só uma pessoa é paga para dirigir este Centro, não ficando por isso caro à Câmara, uma vez que todos os outros intervenientes são voluntários, estando, por esse facto, aberto a toda a população que queira participar. A ação social é efetuada por técnicos credenciados tendo todo o apoio do Município. Em resposta ao Senhor Joaquim Monteiro, refere que houve freguesias onde a atividade dos "Contos do Natal" tiveram muito sucesso. Respondendo ao Senhor Silva Fernandes sobre a vinda do Senhor Bastonário reforçou que a presença deste já foi proveitosa, tendo a convicção de que o Tribunal não será encerrado nos próximos anos. Quanto à festa dos idosos discorda do Senhor António Balça defendendo a presença e o encontro num só local. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor António Froufe enunciou que o "Concurso das Montras de Natal" foram visitadas pelo Júri durante o dia e à noite. O pedido de informação sobre as famílias mais desfavorecidas, apoiadas pelo Município, referiu não poder ser fornecido, por se tratar de um assunto sigiloso. Quanto à limpeza das valetas, informou que só existem cinco sapadores que juntamente com trabalhadores requisitados ao Centro de Emprego se têm desdobrado nos trabalhos de conservação/manutenção das estradas municipais. Informou o Senhor Vítor Tomé relativamente à MIF - Feira Internacional de Macau - referindo ser este, um evento que já produziu efeitos, existindo três exportadores representados e que brevemente, mais um irá tirar proveito desse intercâmbio. Quanto aos restaurantes com possível disponibilidade para servir a Ceia de Natal aos idosos, disse não existem restaurantes com capacidade de servir essas refeições nem ao preço a que ficou o serviço.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu novo período de inscrições para mais esclarecimentos, chamando, no entanto, a atenção para o tempo disponível.



Seguindo a ordem das inscrições, o Senhor Manuel Mesquita iniciou a sua intervenção cumprimentando o Executivo e todos os Membros da Assembleia, assim como o público presente, referindo-se de seguida à MIF. Perguntou como foram contactados os produtores, quais os que estiveram presentes e que esclarecimentos foram feitos aos mesmos. Questionou, ainda, quais os produtores presentes em reuniões efetuadas para esclarecimento aos agricultores sobre o novo quadro fiscal. Disse a Câmara Municipal ter participado na Mesa ao Vivo Portugal-Brasil-Sheraton Porto Hotel & Spa, iniciativa conjunta com o Turismo Porto e Norte de Portugal, no entanto, interroga-se sobre quem esteve presente nesse evento e quais os produtos endógenos apresentados e se a pessoa que representou a autarquia tinha formação para tal. Alerta para o estado em que se encontram os abrigos das paragens de autocarro junto da Escola, pois são muito reduzidos e cada dia que chove os miúdos molham-se sem necessidade, sendo lastimável tal situação.

O Senhor Vítor Manuel no uso da palavra voltou a referir-se à visita do Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, perguntando se os Membros desta Assembleia não deveriam estar presentes na receção.

A Senhora Marcolina Sequeira disse que relativamente à realização dos Contos de Natal, mesmo se realizados depois do Natal não seriam extemporâneos, "Natal é quando uma pessoa quiser", tendo-se referido ao Presidente Maduro da Venezuela. Lamenta que quando coloca uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a resposta não lhe seja convenientemente dada, pensando que será um problema de comunicação, pedindo novamente esclarecimento às questões que colocou anteriormente, nomeadamente ao parágrafo sobre o processo de requalificação de espaços dos Centros Escolares e a locação de recursos técnicos aos mesmos.

O Senhor Joaquim Monteiro usou da palavra para dizer que é apologista da existência de um grupo de teatro, mas questiona a Câmara Municipal sobre a competência da pessoa que está a dirigi-lo. No entanto, continua a defender que podia uma Associação dinamizar este trabalho. Sobre a apresentação dos "Contos de Natal" disse que informou que não havia, nas datas propostas, disponibilidade para grande adesão a este evento, pois existiam outras atividades que coincidiam com a data das peças. Frisou que se gasta muito dinheiro mal gasto desnecessariamente.

No uso da palavra, o Senhor António Froufe também se referiu à presença do Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados dizendo que o comunicado que viu, embora em papel timbrado da Câmara, não estava assinado. Sobre a participação no Portugal-Brasil-Sheraton Porto Hotel & Spa, perguntou quem foi o enólogo presente que fez a explicação, em termos técnicos, dos produtos expostos.

O Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Manuel Mesquita dizendo que todos os produtores engarrafadores são informados dos respetivos eventos. Relativamente aos abrigos para os alunos da Escola, agradece o alerta e compromete-se a tomar tal assunto em consideração, promovendo a resolução deste problema.

Respondendo ao Senhor Vítor Manuel e ao Senhor António Froufe sobre a presença do Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, disse que, sendo de interesse generalizado, entendeu não serem necessários convites individuais. Mais informou que o convite dirigido ao Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados foi feito numa reunião em que também esteve

presente a Senhora representante do concelho na Ordem dos Advogados, Dr.ª Elvira Márcia.

Em resposta à Senhora Marcolina Sequeira reconhece que o trabalho de apresentação dos "Contos do Natal" deveria ser agendado com mais tempo de antecedência. No entanto reitera o facto de estes serem apresentados na época natalícia. Quanto ao processo de requalificação de espaços dos Centros Escolares, disse que se está a fornecer algum material, tais como computadores e mobiliário.

Respondendo ao Senhor António Froufe, informou que o evento de turismo no Portugal-Brasil-Sheraton Porto Hotel & Spa não se tratava só de apresentação de vinhos mas, também, do turismo em geral, tendo estado presente o Técnico da Câmara afeto a essa área.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre este ponto solicitou aos Membros desta Assembleia propostas de alteração ao regimento vigente.

O Senhor Paulo Bito, em nome do grupo parlamentar do PSD apresentou em nome da bancada do PSD uma proposta de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal, referindo que a proposta contempla três dimensões, prendendo-se a primeira com a caducidade: "Tínhamos um *Status quo* da Assembleia Municipal definido num período pós eleitoral e agora temos outro"; a segunda baseia-se nos pontos relativos à lei 75/2013, de 12 de Setembro, que entrou em vigor após o ato eleitoral e ao qual parece pertinente aclarar expressamente alguns pontos no Regimento da Assembleia Municipal; a terceira dimensão, esta mais ambiciosa e inovadora, é relativa à distribuição de tempos de intervenção no "Período da Ordem do Dia" referindo-se à questão da transparência e da não arbitrariedade na distribuição dos tempos. Dirigiu o documento de proposta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para reprodução e distribuição pelos membros da mesma, tendo este aceite o pedido.

O Senhor Silva Fernandes fez uma proposta de alteração relativamente ao art.º 9.º, referindo que Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, propondo que estas se realizassem sempre na última sexta-feira do respetivo mês, sendo que no caso de coincidência com dia feriado, ou seja por este antecedida, seja a sessão antecipada para a segunda-feira anterior.

Foi colocada à discussão esta proposta. Não tendo existido intervenientes, a proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com 6 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Interrompeu a reunião durante cinco minutos para que os membros que não conheciam a proposta apresentada pelo PSD a pudessem analisar, a fim de poder ser discutida e votada.

No reinício da reunião, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o documento que foi distribuído a todos os membros. Após este momento, procedeu à abertura de inscrições para discussão do mesmo.

O Senhor Joaquim Monteiro criticou a apresentação deste documento dizendo que achava "vergonhoso" que um jovem em nome do PSD venha cortar a palavra e modificar a forma de estar a alguém que vem para aqui, seriamente, discutir os problemas do concelho e das Juntas de Freguesia. "É

vergonhoso dar dois minutos a um cidadão para debater assuntos de uma freguesia como Ervedosa do Douro com o número de eleitores que tem".

O Senhor António Froufe referiu-se também ao tempo dizendo que "estar nesta Assembleia Municipal para falar dois minutos e receber a senha de presença é ridículo".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para solicitar a todos os Membros o bom senso para a discussão deste assunto.

No uso da palavra, a Senhora Marcolina Sequeira começou por pedir esclarecimento relativamente ao ponto dois. Referiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como pessoa moderada, não deverá limitar de forma drástica a expressão dos membros. Acrescentou que se há uns que precisam de se manter calados há outros que precisam de falar e que "é perfeitamente ridícula esta proposta". Disse estarem todos ali para expressar as suas opiniões. Seguidamente interpelou o Senhor Paulo Bito para explicar o que é que quer dizer da alínea i) do artigo 2.º.

No uso da palavra, o Senhor Vítor Monteiro referiu-se também aos dois minutos, dizendo que "se fosse dia 1 de Janeiro pensaria que era uma partida de ano novo", constatando que os tempos equitativamente distribuídos estavam bem e se o objetivo era tirar a palavra à oposição, então bastava que cada um fizesse o seu trabalho.

O Senhor Silva Fernandes começou por dizer que se estava perante uma proposta e como tal deveria ser analisada, tendo presente o bem comum. Lamenta que em papel timbrado do PSD se apresentem propostas que tenham artigos transcritos da lei e do anterior regimento, e a seguir se proponham limitações ao tempo de intervenção dos Deputados. Salienta que enquanto estiver nesta Assembleia Municipal não se calará, porque só o Presidente da mesma lhe poderá retirar a palavra. É seu entendimento que o mais ofendido com esta proposta é o Presidente da Assembleia Municipal, retirando-lhe o poder de gerir os tempos e controlar o funcionamento da Assembleia.

A Senhora Lourdes Marinho começou por dizer que este documento rege toda a Assembleia Municipal e que deve ser cuidadosamente apreciado e discutido. Propôs que este assunto fosse discutido, ponto por ponto, na próxima reunião, a fim de que, possuidores do documento o possam analisar e apresentar outras propostas alternativas. Mais disse também discordar com os tempos propostos por os achar exíguos, embora concorde que deverão existir regras.

O Senhor Paulo Bito começou por dizer que estavam perante um equívoco, tendo começado por explicar a distribuição dos tempos. Concorde que o documento passe a discussão na próxima reunião. Nunca foi sua intenção maltratar ou desprezar a dignidade de qualquer membro desta Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que o documento fosse apreciado na próxima sessão, de fevereiro, pelo que solicitou a votação para esta sua pretensão, a qual foi aprovada por unanimidade.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);

O Senhor Presidente da Assembleia, na falta de inscritos para discussão deste ponto, colocou-o à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente propôs que, tendo de se realizar várias votações para cargos diversos, fossem votados em conjunto os pontos número: 4, 7, 12, 13, 14, 15 e 16, que constam na convocatória.

A proposta foi aprovada por unanimidade. Como tal, mandou distribuir os boletins para a votação dos pontos mencionados.

- PONTO 5- Eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos Membros da mesma para que apresentassem listas de candidatos, constituídas por dois efetivos e um suplente relativamente a este ponto.

Foram apresentadas duas listas, uma pelo PSD, designada lista A, e outra pelo Senhor Manuel Mesquita, designada por lista B.

Lista A - Eduardo Jorge Pereira Rocha, Paulo Alexandre Ribeiro Bito e Vítor Manuel Magalhães Monteiro.

Lista B - Alberto Júlio da Silva Fernandes, Vítor Adelino Porfírio Tomé e Manuel Sebastião Vasques Mesquita.

Foram apresentados os resultados:

- lista A 9 votos;

- lista B 5 votos.

Foram eleitos como membros efetivos os Senhores Eduardo Jorge Pereira Rocha e Alberto Júlio da Silva Fernandes e como membro suplente o Senhor Paulo Alexandre Ribeiro Bito.

- PONTO 4 - Eleição do autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor José Manuel 11 votos;

- Senhor Jorge Andrade 12 votos;

- Senhor António Jorge 1 voto.

- Verificou-se a existência de um voto em branco.

A eleição recaiu, por maioria, no Senhor Jorge Manuel da Fonseca Andrade.

- PONTO 12: Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor António Manuel Froufe 10 votos;

- Senhor José Carlos Cabral 12 votos;

- Senhor Eduardo Coelho 1 voto;

- Senhor José Manuel 1 voto.

- Verificou-se a existência de 1 voto em branco.

Foi eleito o Senhor José Carlos Cabral, por maioria.

- PONTO 13: Eleição de um presidente de Junta de Freguesia a fim de integrar o Conselho Municipal de Educação;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor Joaquim Olindo Monteiro 11 votos;
 - Senhor Teófilo Ramos 13 votos.
 - Verificou-se a existência de 1 voto em branco.
- Foi eleito o Senhor Teófilo Ramos, por maioria.

- PONTO 14: Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor Eduardo Coelho 1 voto;
 - Senhora Lourdes Marinho 13 votos
 - Senhor Vítor Manuel 10 votos.
 - Verificou-se 1 voto em branco.
- Foi eleita a Senhora Lourdes Marinho, por maioria.

- PONTO 15: Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão de Proteção Civil;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor António Froufe 4 votos;
 - Senhor António Jorge 13 votos;
 - Senhor Eduardo Coelho 7 votos.
 - Verificou-se a existência de 1 voto em branco.
- Foi eleito o Senhor António Jorge, por maioria.

- PONTO 16: Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a votação por escrutínio secreto, e contados os boletins, anunciou os resultados:

- Senhor Vítor Tomé 2 votos;
 - Senhor Vítor Monteiro 1 voto;
 - Senhor António Balça 7 votos;
 - Senhor Vilas Boas 1 voto;
 - Senhor Eduardo Rocha 13 votos.
 - Verificou-se 1 voto em branco.
- Foi eleito o Senhor Eduardo Rocha por maioria.

PONTO 6 - Análise, discussão e votação da proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal;

O Presidente da Assembleia, na falta de inscritos para discussão, pôs à votação este ponto.

Foi aprovado por maioria, com dois votos contra e duas abstenções.

PONTO 7 - Substituição de Membro designado pela Assembleia Municipal como representante na CPCJ;

Após o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter encetado este ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez ter sido pedida a palavra, a fim de esclarecer que recebera um ofício da CPCJ, pedindo a designação de um elemento para a substituição do Senhor Padre Amadeu, integrado na Comissão através da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente da Câmara, e após ter solicitado a entrega de candidatos a representante da CPCJ, informou que foram apresentados dois nomes, pelo PSD, o Senhor Padre José Filipe Mendes Pereira e, pelo PNT, a Senhora Maria Helena.

Abertas as inscrições, no uso da palavra, o Senhor Silva Fernandes refere que não é necessário ser um membro da Assembleia, no entanto é de opinião que deve ser um membro da mesma, porquanto estará mais capaz para prestar alguns esclarecimentos e informações sobre o funcionamento e constrangimentos da CPCJ.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu os senhores padres, entendendo que a Igreja está muito bem representada pelo Senhor Padre Amadeu, que, por sua vez, já é o Presidente da CPCJ. Não deveria ser outro Senhor Padre o proposto em virtude da sociedade civil ter mais gente de outros quadrantes que a podem integrar esta comissão. É de opinião que melhor do que outra qualquer é a representação feita por um pai ou por uma mãe.

A Senhora Lourdes Marinho começou por esclarecer, a nível legal do funcionamento da CPCJ, que não é obrigatório ser um membro da Assembleia mas sim uma pessoa idónea e com sensibilidade e conhecimento no tratamento dos problemas das crianças/jovens do Concelho.

O Senhor Silva Fernandes reafirma novamente que não está em causa nem o Senhor Padre Amadeu nem o Senhor Padre Filipe, disse sim haver vantagens em que fosse um membro da Assembleia, pelas situações já referidas. Interrogou o proponente do grupo parlamentar do PSD sobre a disponibilidade da troca do Senhor Padre Filipe por um membro desta Assembleia.

No uso da palavra a Senhora Maria Helena solicitou que fosse retirada a proposta da sua candidatura, propondo a Senhora Lourdes Marinho para representar esta Assembleia na Comissão de Protecção.

O Senhor António Froufe, e ainda relativamente à escolha de um nome, referiu que a igreja já está muito bem representada na CPCJ, pelo que também concorda que deveria ser um membro desta Assembleia, por uma questão de proximidade.

O Senhor Manuel Mesquita apelou a que houvesse um consenso na escolha do representante da CPCJ podendo passar pelo entendimento existir com a bancada do PSD.

No uso da palavra a Senhora Lourdes Marinho agradeceu a confiança nela depositada e referiu que eventualmente não poderá fazer parte da nova Comissão, pelo facto de já ter cumprido seis anos, ou seja, três mandatos consecutivos, o que perante a lei não é permitido continuar em funções, mas referiu que se a Comissão Nacional o permitir assumirá essa representação com muito agrado. A pergunta irá ser formulada à Comissão Nacional, adiando-se a escolha do representante na CPCJ para a próxima reunião.

Perante esta situação, o Presidente da Assembleia Municipal pergunta ao grupo parlamentar do PSD qual a atitude perante as exposições feitas.

No uso da palavra, o Senhor Fernando Pereira disse que, atendendo a todas as contradições, propunha que, ou se votava nas listas apresentadas, ou que, havendo uma candidata que suscitava dúvidas, este ponto passasse para a próxima sessão, já com as incertezas dissipadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perante toda esta situação, propôs que este ponto fosse retirado da ordem do dia e levado à próxima sessão.

Posto à votação foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

PONTO 8 - Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, destinado ao preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico de Informática Adjunto-Nível 1 – Recrutamento Excecional;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão este ponto, solicitando inscrições.

O Senhor Joaquim Monteiro perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se algum dos candidatos que não teve classificação superior a 9,50 se mantém em funções na Câmara. É seu entender que para este lugar os candidatos já devem ter algumas qualificações a nível informático.

O Senhor Silva Fernandes começou por dizer que é contra o aumento do quadro do pessoal, solicitando esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre como se processa a mobilidade do mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que era um concurso público e, por isso, qualquer cidadão que tenha os requisitos exigidos poderá concorrer. Mais referiu que este é um concurso novo, tendo o anterior caducado. Existe a possibilidade de preferência naqueles que se encontrem em mobilidade.

Posto à votação foi aprovado por maioria com sete abstenções.

O Senhor Joaquim Monteiro disse, em declaração de voto, que se absteria por não achar claro este processo.

PONTO 9 - Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de um lugar de Dirigente Intermédio de 3.º grau – Serviço Municipal de Bibliotecas, Arquivos e Museus;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou existir uma imprecisão no texto do ponto em discussão devendo ser lido "Votação do júri que presidirá ao Procedimento Concursal Comum para preenchimento de um lugar de Dirigente Intermédio de 3.º grau – Serviço Municipal de Bibliotecas, Arquivos e Museus". Sobre o ponto em discussão procedeu às inscrições dos Membros da mesma.

O Senhor Joaquim Monteiro, no uso da palavra, disse que se abstém para ser coerente, uma vez que, anteriormente, já o fizera na abertura deste lugar.

O Senhor Silva Fernandes também se absteve, em conformidade com a sua posição aquando da discussão da abertura deste lugar.

Posta à votação, foi aprovada por maioria, tendo-se registado onze abstenções.

PONTO 10 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2014;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições para a discussão deste ponto.

Abertas as inscrições para discussão deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara fez uma pequena intervenção explicando algumas situações pontuais.

O Senhor Joaquim Monteiro disse que se deve ter algum cuidado nas contratações de pessoal.

O Senhor Silva Fernandes começou por referir a sua sensibilidade com o desemprego, reconhecendo que em 2013 a Câmara tinha 57 colaboradores, e neste momento prevêem-se 60. Analisando este aumento, na atual conjuntura, vota contra este ponto.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que "se não empregam é porque não empregam, se empregam é porque há algo por trás desses mesmos empregos", frisando o que não faz as coisas com segunda intenção, referindo que o aumento que houve foi para preenchimento de lugares necessários ao bom funcionamento de alguns serviços.

A Senhora Lourdes Marinho salientou que deve haver algum cuidado com a gerência do mapa de pessoal e com a distribuição do mesmo. Vai abster-se por não ter conhecimento total e por, em consciência, ter outra opinião.

O Senhor António Froufe questionou o porquê de este ano só haver um Fiscal Municipal no mapa de pessoal, enquanto que no ano passado havia dois.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que há dois Fiscais municipais já há vários anos.

Posto este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com três votos contra e cinco abstenções.

PONTO 11 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o ponto em discussão passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual remeteu as explicações para a nota explicativa, referindo que se houver algumas dúvidas as esclarecerá.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por referir que todos os pontos são importantes mas que este é de facto o mais importante e que deveria ter um tratamento mais cuidadoso, pois trata-se do documento que define as estratégias para o ano seguinte. Entende que só por si este assunto era suficiente para a realização de uma assembleia extraordinária. Disse ser um documento tecnicamente bem feito, com uma boa fundamentação mas, por vezes, irreal, tendo referido alguns pontos para se justificar a sua irrealidade. Questionou quanto à adequação do imóvel para Arquivo Municipal, às infraestruturas de loteamentos diversos, às pequenas obras de conservação e reparação, considerando que o somatório dos valores previstos davam para construir os tanques do Ribeiro que não chega a 50000€. Reforçou a importância de construção das ETAR'S Casais, Sarzedinho, e Chão da Canelha, considerando estas infraestruturas importantíssimas. Deve considerar-se a pertinência tendo-se em conta a saúde pública. Relativamente à

arborização e espaços verdes, questiona se a freguesia que representa vai ter algumas dessas intervenções. Quanto à aquisição de terrenos para os Polidesportivos, pergunta se será que algum deles vai ser no Sarzedinho.

O Senhor António Froufe começou por criticar o facto de os Presidentes das Juntas de Freguesias não terem sido convocados para a elaboração do Orçamento, referindo que ficou com uma Freguesia maior e vê o orçamento reduzido.

O Senhor Vítor Monteiro começou por pedir algumas explicações sobre a ampliação de rede elétrica para exploração agrícola e também uma explicação sobre o aumento na ordem dos 50% na Vindouro. Referiu ainda que estava à espera de um reforço na área da Ação Social.

O Senhor Eduardo Coelho começou por pedir alguns esclarecimentos sobre a beneficiação da zona ribeirinha, questionando se existe algum projeto para a requalificação da praia de Nagoselo do Douro, assim como para os miradouros. Também alertou para o facto de haver duas ruas sem saneamento básico, na sua Freguesia.

O Senhor Silva Fernandes lamentou que os documentos tivessem chegado muito tarde às suas mãos, tendo apenas a oportunidade de o ler no período de três dias, tendo naturalmente em conta a conjuntura (greves nos correios, fins de semana, Natal) não tendo por isso feito um estudo conveniente, alertando para que os mesmos, fossem no futuro, enviados com maior antecedência e solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia para que não deixe que se marquem reuniões para estas datas. Limitou-se a tomar alguns apontamentos para que lhe permitissem tomar posição nesta assembleia. Ficou impressionado com a nota explicativa, nomeadamente quando reparou no valor apresentado para empréstimo de 2000000€, considerando o estado em que a nação se encontra. Refere que não pode assumir a responsabilidade nesta assembleia de estar a comprometer o futuro daqueles que ainda nem nasceram, nem dos que já nasceram e que daqui por alguns anos tem que pagar isto tudo. Referiu ainda alguns aspetos que se encontram na nota explicativa que se repetem pelo menos há 3 anos, achando que deveria existir alguma austeridade nas palavras. Entende que não vale a pena estar sempre a dizer a mesma coisa se não é para fazer. Surpreende-o a diminuição de verbas à segurança e ordem pública à agricultura. Pronunciou-se sobre o arranjo geral das Bateiras, do Arquivo Municipal e do Heliporto, que constam no orçamento mas com valores que levam a entender não ser para executar. Quanto à transferência para as freguesias, ficou muito estupefacto, considerando que a alteração dos critérios utilizados não foram os adequados. Acabou dizendo que perante a análise efetuada que irá votar contra este orçamento.

A Senhora Maria Helena questionou sobre o empréstimo dos dois milhões de euros e em que setores irão ser aplicados. Na nota explicativa, quis ser informada sobre as ações do programa JESSICA e o CEART – Conhecer, Explorar, Andar, Registrar, Tocar e Experimentar.

Na sua intervenção, o Senhor Manuel Mesquita referiu que o Plano é despesista, de aumento de custos, como contribuinte está assim como todos nós a ter mais encargos fiscais, estamos a enveredar por mais despesa. Isto é remar contra a maré. É gastar mais, mais endividamento, é mais pessoal, é uma divisão dos investimentos num concelho agrícola. Entende ser um plano sem nexos nenhuns.



O Senhor José Manuel começou por cumprimentar o executivo, assim como a Assembleia, referindo que as verbas atribuídas às freguesias são escassas e que a sua as esgota só nas despesas fixas. Considera que o valor que está a ser atribuído às freguesias considerando o orçamento global, é muito pouco.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que não vai discutir o Plano na especialidade mas na generalidade, referindo que comunga das dificuldades das Juntas de Freguesia, embora reconheça que a Câmara executa muitos serviços afetos às mesmas. Fez uma relação comparativa dos pontos que achou mais relevantes, entre o Plano do ano anterior e do atual. Relativamente às Associações, entende que deverão ter um papel mais relevante no concelho, até porque as verbas são bastante razoáveis.

O Senhor Fernando Pereira começou por referir que existe neste Orçamento um investimento ambicioso, dizendo que quanto ao pedido de empréstimo o executivo terá, com certeza, essa situação acautelada. Consta uma redução de verba na agricultura mas reconhece um aumento na eletrificação que, de forma indireta, irá beneficiar o setor agrícola. Assinala um aumento satisfatório na área do turismo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Senhor Joaquim Monteiro, começou por referir que relativamente ao Arquivo Municipal já foram feitas algumas obras de melhoramento e por, essa razão justifica o aumento de verbas. Quanto às ETARs, uma das principais áreas das Águas de Trás-os-Montes, referiu que a ATEMADE, a CIM e as Câmaras estão a tentar entrar na chamada "verticalização", a partir de 2015, em todas as áreas que dizem respeito às Águas e Saneamento. Em resposta ao Senhor Vítor Monteiro, informou que já foi dada a parte da rede elétrica para serem levados pontos de energia aos agricultores que dela necessitem. O aumento de verba à Vindouro deve-se a este ser um evento que é uma montra e referência do concelho. Quanto à ação social disse que também é uma preocupação do executivo. Em resposta ao Senhor Eduardo Coelho, sobre as zonas ribeirinhas, disse que todas estão integradas, inclusive as Bateiras, aguardando-se os projetos para as respetivas intervenções. Em resposta ao Senhor Silva Fernandes, disse que o futuro ficaria comprometido se ficassem parados, referindo que tem que haver investimento para haver desenvolvimento. Quanto à questão que foi colocada da previsão do empréstimo de dois milhões de euros refere que é o momento certo para fazer este empréstimo, atendendo ao início das candidaturas do novo Quadro Comunitário. Em resposta ao Senhor Manuel Mesquita disse que a agricultura está devidamente acautelada. Respondendo ao Senhor José Manuel, informa que esta Câmara seguiu todos os critérios. Frisou que as Associações só auferem verbas após a fiscalização das atividades efetuadas. Sobre a quantia destinada à função religiosa disse ser uma rubrica, essencialmente, para salvaguardar o património das Igrejas. Sobre o programa JESSICA, disse ser um empréstimo para a requalificação das zonas históricas, sendo da competência da Câmara preparar os projetos.

O Senhor Joaquim Monteiro, no uso da palavra, referiu-se novamente ao tempo para a discussão deste documento. Congratulou-se com algumas explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, referindo-se também às Bateiras como sendo a porta principal de entrada neste concelho, referindo que "já se anda há muito tempo a falar do turismo e pouco se faz". Aposta na exploração vinícola, sendo que é o vinho a fonte de rendimento deste

concelho. Disse ainda que tem anotações das suas solicitações que foram feitas e não cumpridas. Para finalizar declarou que votará favoravelmente o Plano, por acreditar na palavra dada pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Senhor António Froufe começou por se referir ao aumento das despesas da Câmara e despesas de pessoal, dizendo que se não houvesse este acréscimo poderia ser possível transferir mais verbas para as freguesias. A Câmara não precisará de tanto pessoal, sendo que noutras despesas correntes também há um aumento significativo, sem haver investimento de capital.

O Senhor Manuel Mesquita disse que os investimentos não estão refletidos no Plano.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, repetiu o que já dissera, que os dois milhões de euros serão ativados na eventualidade de haver necessidade. De outra forma não serão utilizados, embora existam duas rubricas, caminhos agrícolas e redes elétricas, que absorvem quase três milhões de euros.

O Senhor António Froufe referiu-se a uma intervenção que fez na Assembleia sobre o pedido de subsídio para a mesma intervenção e que, por ter sido proposto fora de prazo, o projeto fora chumbado.

O Senhor Presidente da Câmara informou que essa candidatura não foi chumbada por ter sido entregue fora de prazo, estando só a aguardar cabimento.

Posto à votação, o Plano foi aprovado por maioria, com cinco votos contra e duas abstenções.

O Senhor António Froufe absteve-se, apresentando declaração de voto referindo o facto de não ter sido solicitada a sua colaboração na elaboração deste documento.

O Senhor Joaquim Monteiro disse manter o voto de confiança, na linha do referido no ano passado.

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao plenário a aprovação em minuta dos pontos 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, a fim de dar logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, dando como finalizados os trabalhos da última reunião do ano 2013. Foi lavrada a presente ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Anabela com declaração de voto no sentido de justificar a sua abstenção: assim, pelo facto de não se encontrar empossada aquando da realização da reunião que esta ata reflete não pôde tomar posição. Irá ser assinada pelos membros que compuseram a mesa.